

NA ORDEM DO DISCURSO: RASGANDO O CONTRATO FICCIONAL?

EDSON SILVA DE LIMA

edson_hist@yahoo.com.br

PEDRO HENRIQUE RODRIGUES TORRES

pedrohrtorres.uerj@yahoo.com.br

RESUMO

Neste artigo procuramos identificar o discurso médico presente na narrativa literária, utilizando, para tanto, a obra "O alienista" de Machado de Assis. Buscando não apenas a apropriação da realidade na ficção, observamos também o diálogo, ora auxiliar, ora complementar entre as narrativas histórica e literária. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo evidenciar a adequação do discurso do saberes científicos à construção de uma verdade que não se estabelece a partir da oposição polar verdadeiro/falso, antes, pelo jogo de forças que se defrontam em torno da noção de normalidade posta pela cientificidade no Século XIX.

Palavras-Chave: Cientificidade, Discurso de Verdade, Narrativa, História, Literatura.

ABSTRACT

In this paper we identify the medical discourse present in literary narrative, using for this purpose, the work "The psychiatrist" Machado de Assis. Seeking not only the appropriation of reality in fiction, we also observed dialogue, sometimes helping, sometimes complementary relationship between the historical and literary narratives. Thus, this study aims to demonstrate the appropriateness of the discourse of scientific knowledge to the construction of a truth that is not established from the polar opposition true / false rather by forces they face around the notion of normality put by scientism in the Nineteenth Century.

Keywords: Scientificity, Speech Truth, Narrative, History, Literature

1. À loucura a literatura.

"Pode porventura o cego guiar o cego? Não cairão ambos na cova?"

Lc, 6:39

Quando a produção do conto “O alienista” de Machado de Assis¹, o Brasil, que caminha para a abolição da escravatura e para a implantação da república, passou a ver o louco como um problema social e uma questão médica e psiquiátrica, nos moldes do que já acontecia na Europa há quase um século. Passando-se a falar, então, de um corpo que, para além dos tecidos e órgãos, apresentava funções precisas e potencialidades, com comportamento desejável, um “corpo neurológico” (CAPONI, 2012, p.35). Nesse sentido, a sociedade, ao que, munida do saber psiquiátrico, mais que entender e definir os doentes mentais tratou de aprisioná-los, transformando-os em objeto do saber². Criando espaços próprios para sua reclusão; espaços esses em que sua fala foi enquadrada em um procedimento de exclusão, a “interdição”. O louco ao se tornar visível foi silenciado, juntamente com uma percepção social de que a loucura se proliferava nos meios urbanos, o que desencadeou a abertura de outros hospícios e o desenvolvimento de diversas terapêuticas. (SOUZA, 2004, p.88).

O hospício viu sua carência no recolhimento de pessoas senis, jovens problemáticos, débeis mentais e indivíduos com deformidades congênitas, abrigando ainda o improdutivo da força de trabalho urbana³, sendo este o processo de reconhecimento e separação da sociedade, onde todos se tornam objetos de um saber que se constrói a partir da observação dos loucos e da consolidação de uma normalidade derivada do entendimento do que fora classificado “anormal”. Esses lugares são destinados à regeneração e cura, e lá são aprisionados aqueles cuja enfermidade é mental e/ou os que não cabem na estrutura da ordem social⁴.

Dessa forma, é importante perceber que as observações postas por Machado de Assis em “O alienista”, são um possível “reflexo” crível do cenário que se constrói às influências dos saberes médico e psiquiátrico e, ainda, o próprio desdobramento da

¹ Machado de Assis (Joaquim Maria M. de A.), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo; nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, e faleceu também no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908. Consultado em 21 de março de 2013 no site da ABL.

²“O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal”. p.6

³Isso pensando o próprio processo civilizatório, onde, por vezes, relegado à margem da dinâmica social, o indivíduo passa a ser peça coadjuvante no tabuleiro do discurso dominante.

⁴“A Casa Verde, disse ele ao vigário, é agora uma espécie de mundo, em que há o governo temporal e o governo espiritual”. p.8

conjuntura que permite a emergência das ciências humanas e sociais, que reestruturam as concepções epistemológicas do fim do XVIII e início do XIX. Neste conto, podemos verificar o aparecimento e ascensão de um discurso que engendra um outro procedimento de exclusão o qual, em "A Ordem do discurso" de Michael Foucault (1970), descreve a transversalidade do poder que, empregado pelas instituições e/ou indivíduos, mantém hegemônico, na dinâmica do exercício de poder e no ciclo intermitente da "vontade da verdade", um único discurso que se torna absoluto/verdadeiro, rejeitando outros paralelamente existentes e atuantes. O tal que confere a Simão Bacamarte uma verdade irrefutável.

Dentro de tudo que se podia identificar como sendo a chave de entendimento do conto machadiano, a saber, o poder, a ciência ou a loucura, o autor estabelece uma ligação entre os tais através da análise do discurso, ou seja, parte de um eixo político de observação das práticas sociais que constata nesse discurso oitocentista as determinações, o jogo de forças que se defrontam em torno da noção de "normalidade" e "anormalidade"⁵ postas pela cientificidade. Sendo a esta investigação política em torno do poder de verdade da ciência e sua apropriação na literatura, a quem devemos este artigo.

Visto que se trata de um conto, e, portanto que não defende teses, como uma obra ficcional que é, nos punge a ideia de que o cenário de delimitações entre razão e loucura, criado por Simão Bacamarte na *Casa Verde*, esteja no cerne das questões que permeavam as realidades médico e psiquiátrica neste mesmo período no Brasil (GOMES, 1993, p.148), inferindo na narrativa literária (da qual falaremos mais adiante) como um possível reflexo direto.

Em "O alienista", relatando a história da criação de um asilo em Itaguaí, Machado nos oferece uma análise contundente e irônica do que foi a prática psiquiátrica em seu início no Brasil (LIMA, 2009, p.642). Vemos como a psiquiatria deu ao homem da ciência mais que credibilidade, o poder de categorização, num processo que transformou em patologia as mais diversas singularidades, criando conjuntos de classificações a partir de marcas diferenciais, o que possibilitou agrupar

numa mesma categoria todos os portadores de determinados traços, homogeneizando e despotencializando esses traços diferentes, agora postos no hall das anormalidades. O que nos leva a pensar que a diferença entre loucura e razão poderia ser ética e não médica.

Quando a loucura é posta como alienação, isto é, um estado conflituoso com a razão, cabe ao alienista à privação da liberdade alienada (AMARANTE, 1996, p. 46), visto sua inadequação às malhas da ordem social. No entanto, o que garante razão/*verdade* a terapêutica da loucura é a arte de subjugar e dominar, por assim dizer, o alienado, posto à dependência de um *homem* que possui qualidades físicas e morais (CAPONI, 2012, p.41), não apenas alinhado às estruturas sociais (trabalho, funções conjugais e, neste momento, o fenótipo), mas também a cientificidade positivista engendrada em si pela conjuntura do XIX.

Convém, no entanto, dizer que antes de traçar verdades a respeito da loucura, “O alienista” não procura contestá-las, discuti-las, ou colocá-las acima ou abaixo de quaisquer outras que possam fazê-lo, seu empreendimento é, no entanto, perceber o *quê* de normatizador que está engendrado no discurso de Simão Bacamarte fazendo o “produzir” a loucura, ou seja, quando tão logo seu discurso, a “torrente de loucos”. Machado procurou evidenciar que o “fenômeno” da alienação/loucura se incidia à medida que as certezas paradigmáticas de Bacamarte perseguiram as minúcias do comportamento individual, lhe cabendo a confirmação diagnóstica final.

Pensando a produção de verdades como o circuito do discurso psiquiátrico de Bacamarte, e, principalmente, a forma como esse dito discurso poderia ser um *espelho d’água* das discussões “psi” do início do século XIX, propomos a seguir uma análise acerca dos métodos de construção das narrativas histórica e literária, afim de identificar o diálogo presente entres as tais no referido conto machadiano, ou seja, pensando além da afetividade, observar as “verdades” históricas na narrativa literária.

2. História e Literatura: gesto contratual?

⁵ Quanto a estas noções polares, pensar o papel da moralidade no discurso psiquiátrico, levando em consideração as transformações de paradigmas teóricos para manutenções destes discursos.

As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia. (ASSIS, 1977, p.3).

Notemos que, no decorrer do conto, por muitas vezes o narrador evidencia o uso de “fontes” que o possibilitou escrever “O Alienista”, trazendo o leitor para um campo perigoso de credibilidade e adesão ao enredo, podendo através desse “documento” mediador levá-lo a crer que, de fato, o que está sendo exposto aconteceu efetivamente, que é verdadeiro. Recurso este que nos apresenta, também, o momento em que Machado de Assis começa a adentrar com mais afinco aos postulados do realismo.

Existem, no entanto, algumas concepções de verdade apresentadas pela filósofa e professora Marilena Chauí (1994), que servirão de norteamento para desvelarmos essa questão, demonstrando uma preocupação bastante atual da autora com o tema, o que nos leva a análise etimológica de Chauí, na tentativa de compreender a raiz da palavra *verdade* e assim problematizar os usos (e abusos) desta.

A autora foi às línguas grega, latina e hebraica para extrair os elementos constitutivos do termo. No grego, a *verdade* aparece como *aletheia*: “não-oculto, não-escondido, não-dissimulado” (1994, p. 99), também como oposição ao “falso”. Nesse caso, seria a própria coisa com todo seu automatismo⁶, onde a verdade está a nossa frente e pode ser vista a olho nu. Há com isso tangibilidade e podemos experimentar a *verdade* nesse nível de compreensão como algo palpável. Pode-se “ver”, portanto. É uma oposição direta ao falso que segundo a filósofa: “[...] depende de que ela [a realidade] se esconda ou se dissimule em aparências”. Em outras palavras a verdade como manifestação.

Para a língua latina, *veritas*, “precisão ao rigor e à exatidão de um relato”. Não é apenas uma ação, uma interação direta, mas se coloca como um enunciado, como uma relação entre à ação e a palavra, a narrativa no uso do signo como elemento da

⁶ Está diretamente ligada a linguagem cotidiana. O automatismo é a compreensão imediata da fala, refere-se a cotidianidade da linguagem.

linguagem, da manifestação do significante. A *veritas* está diretamente ligada à narrativa. “Enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram”. Nesse sentido, a *verdade* não está referida ao fato em si, mas a linguagem, tendo como antônimo a falsificação. Para uma verdade como adequação, é preciso compreender o seu próprio sistema de interpretação para que o enunciado não caia em simplificações como a polarização entre verdadeiro e falso.

Igualmente importante, *emunah* (confiança), no hebraico, que nos ilumina a uma outra interpretação dessa noção, tão cara para nós neste exercício de reflexão. Para esta interpretação, perspectiva de futuro, esperança e confiança. Segundo Chauí o que compreendemos por “verdade” é uma síntese dessas três fontes que nos organizam da seguinte maneira: “(...) se refere à própria realidade (como *aletheia*), à linguagem (como *veritas*) e a confiança/esperança (como na *emunah*)”⁷. Tendo exposto esse pressuposto, tomaremos um caminho que irá colidir com os polos de discussão necessários para chegarmos até uma análise mais aprofundada da referida obra literária.

À medida que chegamos a uma ideia multifacetada que se coaduna em uma síntese, podemos tornar ao questionamento presente na “Ordem do discurso”, a “*vontade de verdade*”, no qual a procura por esta seria uma escolha arbitrária que pretere e se legitima nas *instituições de constrangimento*⁸, levantando um pilar de conformação e cristalização das relações sociais. Convém deixar claro que a “*vontade de verdade*” se apresenta como uma teoria⁹, organização, e que constrói a verdade processualmente.

A esta altura não podemos deixar de perceber a evidente invocação à narrativa histórica, como elemento de consonância entre o que foi falado até o presente momento e os elementos discursivos no conto de Machado de Assis. Nota-se dessa forma, que esses elementos dão sentido a existência de Bacamarte, não como

⁷ Op. cit. pág. 99.

⁸ Em Foucault pode ser compreendido como um sistema de exclusão, onde os sujeitos são pressionados sob um poder coercitivo que exerce um tipo de tensão ordenadora sobre eles. Um espaço que impediria as ações de violação aos padrões pré-estabelecidos.

⁹ Ver em: BARROS, José D'assunção. Teoria da História. “Teoria”: o que é isso?”. In: Volume 1 - Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

personagem (criação/invenção), mas como ator presente e contemporâneo do autor. Machado de Assis enquanto narrador-observador concede a Bacamarte autonomia, permitindo-lhe e/ou autorizando-lhe as rédeas da trama, no entanto, o segue com olhar de quem acompanha os acontecimentos. Os elementos discursivos ou série discursiva (WANDERLEY, 1994, p. 88), portanto, se manifestam a partir de fragmentos da fala do cientista, onde se apresenta também a postura de homem da ciência e de ciência, no sentido ambíguo da palavra: tanto como conhecimento, saber fundamentado em princípios lógicos e experimentais, como um conjunto de ações. As ideias do autor-ator (Machado/Bacamarte), que nos mostra um panorama sociológico de seu tempo, bem como demonstra que a história narrada não somente tem um grau de verossimilhança, mas que poderia ser verdade. Fica claro, dessa maneira, que a compreensão de verdades está intrínseca às estruturas internas¹⁰ de cada indivíduo, de forma a conduzi-lo para o que pode ou não ser real. Permitindo assim, que sua sensibilidade se expanda para uma percepção menos racional e de imersão na literatura, na imagem e na própria recepção do mundo.

A relação que se estabelece entre o conto machadiano e o interlocutor permite uma adesão indireta e inconsciente, é “uma espécie de acordo tácito entre o autor e o leitor no que se refere às experiências do imaginário, concretizadas pela narrativa para compreender os limites da relação entre texto e leitor” (BARBOSA, 1999, p.67). O conceito de “contrato ficcional” em Jorge Wanderley (1994), nos permite observar o diálogo existente entre realidade e ficção estabelecendo em uma relação emocional, sensorial e psíquica. Nesse sentido, a obra - O alienista - deixa de ser “literatura” (ficção) e se fortalece tornando-se uma “verdade” crível, uma realidade..

Oliveira Esteves (2011) afirma que a literatura não se apresenta apenas como uma cópia da realidade (mimésis), mas como prática social, ou seja, fazendo parte da construção intelectual e, portanto, de construção de identidade da sociedade. Afirma ainda que: “a literatura interessa enquanto prática necessariamente histórica e não

¹⁰ A relação que se estabelece entre um indivíduo e seu grupo, moldando, direcionando e orientando as bases da psique e consciência individual.

como recipiente de conteúdo externo ou imagem de um tempo supostamente passado” (ESTEVEZ, 2011, p.93).

Tal possibilidade se apresenta no conto de Machado de Assis, onde as questões externas e internas colaboraram para que, no interior da obra fossem impressos problemas com o uso de artifícios retóricos. Nos deixando, dessa forma, em um estado de negação quanto ao trato ficcional dado aos acontecimentos relatados.

Machado nos permite acreditar que o resultado de sua produção crítico-artística poderia ser o resultado de uma pesquisa empírica, trazendo em sua estilística uma atração que quase impossibilita não dar fé ao que está sendo narrado, visto a proximidade que sua escrita estabelece com a realidade médica e psiquiátrica do Brasil neste período. Logo, o leitor não conseguiria identificar a “verdade” e a “não-verdade” impressas nesta narrativa. O que nos punge a discussão quanto às diferenças básicas entre as narrativas literária e histórica, nos permitindo focalizar em que momento se dá um possível “rasgo” no contrato ficcional.

Na história “*événementielle*”, a narrativa histórica teria a função de expor os acontecimentos, de apresentá-los como foram ou são, presentificando e enrijecendo a produção do historiador, que é colocado como narrador dos fatos (MARTINS, 2010, p.11). Em todo caso, a história produzida a partir dessa filiação teórico-metodológica não careceria de artifícios literários para sua orientação? Hayden White (1973), mostrou que a explanação histórica é retórica e poética por natureza, uma vez que, além do objetivo do convencimento do seu interlocutor, o que o historiador faz por meio de estratégias retóricas, há a utilização de estilos narrativos que servem para conduzir o leitor suavemente à conclusão. Fica notório que o historiador estadunidense defende, reconhecendo um dos possíveis problemas da cientificidade, um resgate da narrativa.

Para Roger Chartier (2010), há uma aproximação plenamente histórica nos textos histórico e literário que não podemos desconsiderar, a saber: a identificação do texto como escrito fixado e, portanto, com uma historicidade; e segundo, a intencionalidade que nos permite identificar o leitor como aquele que lê “sozinho”, mesmo estando em lugares públicos, de modo a se fechar em seu casulo referencial e

de interlocução interna, dando margem a uma criação própria e interpretativa do que se lê. Chartier afirma, ainda, que White compreende que o conhecimento produzido pelo discurso histórico, não se diferencia do discurso gerado pelo mito ou pela ficção. Essa crítica epistemológica à historiografia, no entanto, ajudou a ratificação dos historiadores com suas práticas historiográficas no cerne do fazer histórico, a sua metodologia (técnicas e operações). Também Hartog (2011) mostrou que: “A história em si é, por hipótese, *res gestae* e *historia rerum gestarum*: no mesmo movimento, os acontecimentos e sua narração”. Logo, há uma linha tênue que aproxima a história da literatura e vice-versa.

Dessa maneira, vimos uma discussão acerca do problema da narrativa histórica. Como essa escrita, na reconstituição do passado, utiliza mecanismos literários para construí-la e assim estabelecer a verdade do fato baseando-se na contemplação, já que o passado está fragmentado, desorganizado e mutilado, cabendo ao historiador o trabalho intelectual de organização e tratamento desses estilhaços.

Na Literatura o vigor é outro. Questionemos, o que é literatura? Alguns afirmarão que é todo texto belo ou o que provoca uma reação sensível, seja prazer ou horror. Outros dirão que depende do interlocutor, e mais, do autor e sua legitimidade; ou, ainda, confirmarão sua existência a partir de uma filiação institucional. Os mais leigos dirão: Todos os textos são Literatura! Entretanto, como seria correto ou viável uma resposta a esta questão?

A literatura seria a arte da palavra, não de qualquer coisa escrita, mas intencional, carregada de significado, harmonia, expressividade [estética] e capaz de recriar a realidade, sem compromisso direto com ela, mas através da codificação da experiência pessoal e subjetiva. A intenção do escrito literário, ou seja, da literatura, é para a própria linguagem, não se preocupando unicamente com os sentidos objetivos, mas carregado de subjetividade, de possibilidades de significação, de inovação estrutural e vocabular. Rompendo as barreiras da linguagem e da expressão cotidiana, alcançando níveis elevados de expressividade.

“O próprio fato de ser a obra literária uma “obra de arte verbal” levou, desde há muito, os pesquisadores, a falar do “grande papel” da linguagem numa obra

literária” (TODOROV, 1970, p.53). Compreendemos com isso que a linguagem literária possui estímulos que se afastam da linguagem cotidiana, salvo quando necessária à adequação de determinado tempo, onde o autor tenta extrair as formas de comunicação para entender sua temporalidade. Isso denota que a literatura está diretamente ligada à sociedade em que está imersa, e em última instância, a representa. É, em certa medida, experiência social, não apenas uma representação cultural ou social da cultura, mas construção de uma identidade social que se expressa e se redefine, pois afinal, é escrita ou descrita a partir de um lugar de fala, o de seu autor.

Desse modo, podemos elencar alguns elementos próprios da História e da Literatura para podermos “confrontá-los” percebendo suas aproximações, diferenciações e diálogo: a História tem compromisso com a verdade, enquanto a Literatura tem a seu uso a linguagem artística, que pode ser compreendida por uma forma de construção estética sem relação com a comunicabilidade e muitas vezes compreensividade. Na escrita histórica não se abre mão da inteligibilidade, pois uma de suas funções mais nobres é dar desfecho ao inacabado, sepultar o morto, como afirma Michel de Certeau (1970). A Literatura se desenvolve a partir de uma construção simbólica, e de artifícios que a materializam em formas e signos, bem como a História que tendo estatuto de ciência, e, por conseguinte, experiência, necessita apresentar seu resultado através de uma linguagem própria. Tanto o primeiro quanto o segundo campo de conhecimento, são diferentes de um texto comum, no entanto, a Literatura pode distanciar-se dos sentidos imediatos das palavras, enquanto a História precisa ter uma relação de receptividade e compreensão com seus interlocutores. Ambas não têm finalidade informativa, mas de construção de significado, cabendo a História elaborar os relatos dos acontecimentos e fazer uma narração significativa através da seleção, organização e interpretação, tendo o seu caráter verídico resguardado pelos documentos, destacando-se seus aspectos ideológicos e interpretativos (DONZELLI, 2012)¹¹.

¹¹ Consultado em DONZELLI, Maria Inês. “O discurso da História e o discurso da ficção”. Disponível em http://www.fundacioncultural.org/revista/nota11_41.html Consultado em 4 de julho de 2012.

O diálogo existente entre esses campos nos permite afirmar que o cotejamento é possível em ambas as direções, tanto comparando quanto confrontando. Situando, sobretudo, a intencionalidade, o grupo de produção e interpretação, também a relação entre autor (aquele que cria) e narrador (aquele que anuncia/discursa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A ciência, disse ele a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguaí é meu universo” (ASSIS, 1977, p.3).

Compreendendo que sociedade e ciência não estão separadas, antes, que dialogam, se alinhavam e produzem juntas um discurso conformativo e de credibilidade quase irrefutável, tal enlace nos possibilitou a problematização que propomos neste trabalho. De modo que essa diretriz foi o fio condutor que norteou nossa reflexão.

Permitimos-nos identificar na obra “O alienista”, elementos discursivos da postura crítico-literária machadiana, onde compreendemos que os artifícios estéticos e retóricos do conto criaram uma trama que permitiria ao leitor crítico cerzir o verossímil e a ficção, colocando-se no nível de entender e, em alguns momentos, de se afastar das tramas do “laço contratual”¹².

O desmantelamento do que poderia ser um contrato irrevogável entre leitor e autor nos colocou face à necessidade de pensar o cotejamento e em alguns momentos sincronismo nos campos de conhecimento: História e Literatura. E na ordem do discurso, ou seja, observando analiticamente as falas ou construções de “verdades” em Simão Bacamarte, interrogamo-nos acerca da fratura crédito/des crédito do contrato ficcional.

Tal contrato faz necessário ter a existência de um repertório móvel e subjetivo que compreenda: minha alegria e minha tristeza, *minha aversão a cenouras*,

¹² Tipo de relação que atrai para a aceitação ou credulidade dos fatos narrados, de forma que impeça outra interpretação que não a aderência ao discurso implícito. Essa não é uma ideia fechada, mas uma noção passível de estudo e aprofundamento em outro momento.

minhas leituras anteriores, os textos que escrevi e etc. (WANDERLEY, 1994, p.16). Portanto estruturas internas impressas que compõem o indivíduo socialmente construído; mobilidade de interpretação e compreensão que influirão na constatação do real e da suspensão do descrédito. Os elementos linguísticos e discursivos não teriam função de transmissão de informação sobre a realidade, mas uma espécie de pressão persuasiva do sujeito emissor/comunicante sobre o receptor/interpretante.

O contrato ficcional seria, por conseguinte, marcado pela essência cultural do indivíduo, que denota uma internalização no nível de reprodutibilidade do gesto de identidade. Depende, dessa forma, do repertório de “leituras”. Seria um impulso inconsciente presente em nossa estrutura mental e social que faz com que as cláusulas deste contrato apareçam, sendo elas a própria adesão e confiabilidade (*emunah*) do que está sendo narrado (WANDERLEY, 1994, p.21). Enquanto que no Pacto ficcional, o leitor precisa aceitar tacitamente um acordo ficcional, que Coleridge chamou de “suspensão de descrença”. O leitor tem de saber que o que está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras (ECO, 1994).

No contrato, nos parece que há uma obrigatoriedade, um acordo prévio em que ambas as partes são beneficiadas. No caso literário, a escolha por determinado gênero literário se apresenta como uma disposição a consentir que o dito é uma verdade, uma realidade ou uma possibilidade de verdade; enquanto, no pacto existiria uma escolha consciente, por exemplo, quando se procura um conto de fadas, uma história com personagens fantásticos, ou mesmo com elementos de personificação. A escolha pela idéia de contrato, nos permitiu dar ao conto “O alienista” o lugar de escolha que nós, enquanto sujeitos subjetivos, deliberamos como objeto passível de análise.

Dessa forma, para que haja um contrato e seu rompimento, temos que compreender que há um gesto convencional que se estabelece como um impulso inconsciente presente em nossa estrutura social e individual, fazendo com que as “cláusulas” deste se apresentem. A escolha pela adesão ou descrédito, reside na

individualidade, levando, também em consideração, o repertório compartilhado das verdades dos sujeitos contratante

Neste esforço reflexivo, vimos o asilo psiquiátrico – a Casa Verde - como o lugar onde a vontade perturbada, as condutas indesejáveis e as paixões pervertidas se defrontam com a retidão moral representada pela figura do alienista, quer no conto de Machado ou nas primeiras inquietações psiquiátricas no Brasil dos oitocentos. O discurso normatizador, então, muitas vezes “invisível” à primeira vista, pode e contém ferramentas de convencimento que exprimem ideias que nos impulsionam para as certezas do enquadramento da ordem social. Portanto, nos valha cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, P. *O Homem e a Serpente – Outras histórias para a Loucura e a Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- ASSIS, Machado. *O Alienista*. São Paulo: Ática. 1ed., 1882. 1977.
- BARBOSA, João Alexandre. *Entre livros*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados – uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 80 p.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- CHKLOVSKI, Viktor. “A arte como procedimento”. In: TODOROV, Tzvetan, Org. *Teoria da Literatura. Formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 39-56.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ESTEVES, Lainister de Oliveira. *História e Literatura: Possibilidades do fazer historiográfico*. UFG. Rev. Teoria da História, ano 3, n.6, dez/2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.
- GOMES, Roberto. “*Alienista: loucura, poder e ciência*”. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 145-160, 1993 (editado nov. 1994).
- HARTOG, François. *Evidência da história : o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2011.
- LIMA, Elizabeth Martins de Araujo. “*Machado de Assis e a psiquiatria: um capítulo das relações entre arte e clínica no Brasil*”. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. V.16, n3, jul.-set. 2009, p.641-654
- MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. “*Racionalidade Moderna, Ciência e Loucura-Especulações sobre O Alienista de Machado de Assis*”. Trilhas, Belém, ano 4, nº 1, p. 85-94, jul. 2004.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

WANDERLEY, Jorge. "O contrato ficcional: comutações". In: *Arquivo/Ensaio*. São Paulo: Edusp, 1994.